

**CONCEITOS E PERCEPÇÕES DE EXTENSÃO DOS COORDENADORES DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA
UNIEVANGÉLICA – GOIÁS**

**CONCEPTIONS AND PERCEPTIONS OF EXTENSION BY COORDINATORS
FOR UNIVERSITY EXTENSION ACTIVITIES IN THE GRADUATION
COURSES OF UNIEVANGÉLICA – GOIÁS**

PEREIRA, Lúcia C. G.

Doutora em Odontologia pela Universidade de São Paulo.
Professora no Centro Universitário de Anápolis.
GO- Brasil.
draluciapereira@yahoo.com.br

LEMOS, Cristiane L. S.

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, docente na
Universidade Federal de Goiás-UFG e no Centro Universitário de Anápolis
GO-Brasil
cristianeprofessora@yahoo.com.br

ZAMBELLI, Janaína C.

Graduada em Odontologia, tutora do Programa de Educação Permanente em Saúde e
Problematização da Comissão de Integração Ensino-Serviço do Estado de Goiás
GO- Brasil
jcsateles@gmail.com

SILVA, Valquíria R.

Graduada em Odontologia pelo Centro Universitário de Anápolis.
GO- Brasil
valquiria_odonto@yahoo.com.br

CAIXETA, Edileuza do S. H.

Graduada em Odontologia pelo Centro Universitário de Anápolis.
GO- Brasil
edileuzacaixeta@yahoo.com.br

FERREIRA, Victor G. S. F.

Graduado em Odontologia pelo Centro Universitário de Goiás.
GO- Brasil
mr_b4bu@hotmail.com

RESUMO

A extensão universitária tem-se construído, historicamente, com base em diversos sentidos e significados. Devido à diversidade de concepções, o estudo teve como objetivo analisar as concepções de Extensão Universitária dos docentes mais envolvidos ou que já se envolveram com atividades de extensão na Unievangélica. Como trajetória metodológica, optou-se pela utilização de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Os dados foram transcritos e analisados individualmente, tendo sido possível perceber, devido aos vários significados captados durante as entrevistas, que não há uma concepção única de extensão entre os docentes da Unievangélica: ela tem sido concebida ora como possuindo uma função social ora como se constituindo em prática assistencialista ora, ainda, como possibilidade de marketing para o curso, dentre outras concepções. Foi observado que a concepção da importância da extensão para a comunidade e para a formação acadêmica encontra-se muito atrelada à concepção de extensão que o docente possui. A análise das concepções existentes forneceu elementos para uma reflexão sobre práticas e saberes da extensão universitária na Unievangélica e no ensino superior em geral.

Palavras-chave: Extensão. Indissociabilidade. Formação docente.

ABSTRACT

University extension activities have been built historically with basis on several senses and meanings. Due to the diversity of conceptions, this study aims to analyze the conceptions of professors that, presently or previously, have been more involved than others in university extension activities. Semi-structured interviews and analysis of documents were the methodological option. The data were individually transcribed and analyzed; due to several meanings captured during the interviews, it was possible to perceive that does not exist a single conception of extension activities among professors of Unievangélica: sometimes extension activities are conceived as accomplishing a social function, sometimes as social care practices or still as marketing opportunity for the course, among other conceptions. It was observed that the conception of the importance of university extension activities for the community and for academic formation is strongly connected to the conception of extension the professor owns. The analysis of the existing conceptions provided elements to reflect about practices and knowledge of the university extension activities in Unievangélica and in higher education as a whole.

Keywords: Extension. Inseparability. Teacher training .

INTRODUÇÃO

A extensão universitária tem-se constituído, historicamente, com base em várias concepções e significados. O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras, em 1987, forneceu referenciais para estabelecer o Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual ficou estabelecido o seguinte conceito de extensão: “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade” (RENEX, 2007, p.17). Esta concepção tem influenciado a construção de projetos de extensão das instituições de ensino superior no Brasil.

A concepção de extensão proposta pela Unievangélica baseia-se no ideário de transformação da sociedade a partir da prática extensionista, vista como mecanismo de articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, em clara conexão com o Fórum Nacional. Segundo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão:

A indissociabilidade entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no *processo pedagógico*, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. Já na relação com a pesquisa, a extensão se encontra firmada na investigação e na produção de conhecimentos advindos da realização das ações de extensão (UNIEVANGÉLICA, 2008).

Inicialmente, as atividades de extensão na Unievangélica eram caracterizadas por serem assistemáticas e esporádicas. Dentre essas, a atividade mais privilegiada vinha sendo a prestação de serviços à comunidade, de caráter marcadamente assistencialista. A criação do Centro Universitário, em 2004, exigiu mudança e reestruturação dos vários setores, inclusive o da extensão. Foi criada, então, a Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária (ProPPE), que tem como objetivo

a elaboração e execução de políticas que desenvolvam na instituição o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as ações de extensão, de modo integrado entre si e articulado com o ensino de graduação. Para bem realizar essa sua atribuição institucional, a Proppe deve procurar relacionar-se com a comunidade para melhor compreensão da realidade sócio-econômica e política em que está inserida. E, na medida em que esse relacionamento se aprofunda, procurar a apreensão da realidade para nela atuar,

modificando-a para melhor. E, nesta perspectiva, poder realizar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (UNIEVANGÉLICA, 2008)

A criação da Pró-reitoria, juntamente com mudanças gerais na legislação do ensino superior como a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outros incentivos às ações extensionistas, estimulou o incremento quantitativo e qualitativo das atividades de extensão.

A construção deste estudo, cujo objeto é a análise das práticas e saberes da extensão na Unievangélica, onde é considerado um estudo exploratório desse universo, foi estimulada pelo novo cenário da instituição. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o protocolo de nº 011/2007 e conduzido através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da instituição. O objetivo geral deste estudo foi analisar os significados e concepções de Extensão Universitária dos docentes coordenadores de projetos de ação comunitária dos cursos de graduação do Centro Universitário de Anápolis - Unievangélica. Os objetivos específicos foram: analisar os conhecimentos e práticas dos professores sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; conhecer a visão do docente no que diz respeito à importância da extensão para o meio acadêmico e para a comunidade; verificar sua compreensão do significado oficial de extensão adotado pela Unievangélica e, finalmente, contribuir para a reflexão sobre as práticas e saberes da extensão na Unievangélica.

As concepções de extensão que os coordenadores têm podem influenciar a realidade dessa atividade em uma instituição de ensino superior. Compreender suas idéias consubstancia-se, assim, em mecanismo importante para se aferir a qualidade das atividades de extensão realizadas na instituição, seus significados e suas possibilidades como ferramenta de transformação social e, ainda, suas influências na formação acadêmica.

MATERIAL E MÉTODO

Como trajetória metodológica, optou-se pela utilização de entrevistas semi-estruturadas e de análise documental. Partindo de uma rigorosa análise das propostas e dos relatórios de práticas de extensão cadastradas na Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias da Unievangélica no ano de 2005, selecionaram-se treze doze

docentes dos diferentes cursos de graduação que têm tido maior envolvimento com atividades de extensão. Os cursos envolvidos foram: Biologia, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Geografia, História, Letras, Matemática, Odontologia e Pedagogia. Mediante a obtenção do consentimento livre e esclarecido do docente selecionado, dois entrevistadores previamente treinados, munidos de um gravador e de um questionário semi-estruturado, obtiveram informações do docente a respeito de suas concepções sobre a extensão universitária.

Para fins de análise, os entrevistados foram nomeados por letras, de A a L, com a finalidade de se resguardar o anonimato do professor e se evitar qualquer tipo de constrangimento. A análise fundamentou-se em três categorias: (a) *concepção de extensão*, (b) *sua importância para os acadêmicos, para a comunidade e para a formação acadêmica* e (c) *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*.

REVISÃO DE LITERATURA

Os primeiros relatos sobre extensão datam do século XIX, quando, através das universidades populares européias, houve uma disseminação de conhecimentos técnicos ao povo. A finalidade principal da universidade era promover a divulgação da universidade perante a sociedade.

Em abril de 1931, no Brasil, na Reforma Francisco de Campos¹, foi publicado o Decreto nº 19.851/31, que dizia respeito ao Estatuto da Universidade Brasileira, no qual, pela primeira vez, legalmente, se faz referência à Extensão Universitária. Nesse documento, ela foi associada à idéia da possibilidade de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária.

Em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) define a extensão como o lugar

¹ Alguns meses após assumir o Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930, Francisco de Campos propõe sua primeira reforma de ensino, relativa ao ensino superior, consubstanciada em três decretos: a) Criação do Conselho Nacional de Educação (Dec. 19850/31); b) Organização das Universidades brasileiras (Dec. 19851/31); Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Dec. 19852/31). Disponível no site do INEP: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=38803&te3=93992&te4=149734&te5=36591&te6=148301>. (BRASIL, 2001)

para a realização da obra social de divulgação das ciências, das letras e das artes por meio de conferências, palestras, rádio, filmes etc. Em 1935, a Universidade do Distrito Federal concebe a extensão como espaço de promoção de cursos isolados e autônomos.

A Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Em 1987, acontece o I Encontro nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, no qual se define a concepção de extensão como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (NOGUEIRA, 2000, p. 196).

O Fórum veio a ser responsável por um maior avanço na conceituação de extensão no Brasil. Canalizou as discussões, desde então, não apenas a respeito do conceito, mas também sobre suas implicações na alteração das perspectivas de ensino e pesquisa.

A extensão como prática acadêmica visa interligar as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, procurando assegurar o compromisso social da Universidade. Ressalte-se que, pelas especificações dessa prática acadêmica, as ações da Universidade não podem substituir as responsabilidades governamentais [...] Tendo como parâmetro o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é fundamental dimensionar as relações que se estabelecem ou que devem se estabelecer entre ensino/extensão e pesquisa/extensão no cotidiano da vida acadêmica (NOGUEIRA, 2000, p.91).

Em 1988, é aprovado na Constituição o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir desse princípio, a extensão deixa de ser um braço, e passa a ser um dos membros do tripé sobre o qual se articula a educação superior, pois ela passa a ser compreendida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa e como elemento propiciador da relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, concebe-se que a extensão transformaria o ensino e a pesquisa, e que os três elementos, articulados, buscariam transformar a sociedade.

Tavares (1997, p.123), considera que é necessário deixar o “simples” assistencialismo passando-se para o questionamento das ações desenvolvidas pela extensão, de função inerente à universidade, como processo que articula o ensino e a

pesquisa, que organiza, assessorando, os movimentos sociais que estão surgindo.

Considerar a extensão como “processo que articula o ensino e a pesquisa” implica cobrar sua presença na rotina universitária como também, necessariamente, sua institucionalização. Compreendido dessa forma, o conceito de extensão se amplia e passa a ser entendido como dimensão da atividade acadêmica, ou seja, um processo orgânico e contínuo, produzido coletivamente, que se estende desde a produção e a sistematização do conhecimento até a construção e disseminação dos resultados. Amplia-se a visão de sala de aula, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, para se considerar sala de aula todo espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social.

Observa-se que o termo “extensão” nem sempre é concebido como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e sociedade. A concepção oficial, proposta pelo fórum de pró-reitores, é questionada por alguns autores. Esta pesquisa pretendeu contribuir, por meio da análise das concepções dos professores envolvidos na extensão, para a compreensão dos rumos e trajetórias que a extensão tem tomado, particularmente na Unievangélica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática *extensão* não é tema que possa ser tratado a partir de uma visão estática. Sua construção, como não poderia deixar de ser, é caracterizada por uma historicidade e uma dialeticidade que a definem como conceito inacabado, construído e reconstruído ao longo da sua existência.

Desse modo, tentou-se compreender como a extensão era compreendida pelos docentes. A análise foi realizada com base em três categorias centrais: (a) concepção de extensão, (b) importância da extensão para os acadêmicos, para a comunidade e para a formação acadêmica e (c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

A concepção de extensão proposta pela Unievangélica está alicerçada no ideário de transformação da sociedade a partir da prática extensionista, entendida como mecanismo de articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Embora entendendo o

ensino, a pesquisa e a extensão como indissociáveis, as atividades de extensão são concebidas como ferramenta importante para a articulação dos saberes acadêmicos (UNIEVANGÉLICA, 2008).

A maioria dos professores envolvidos com a extensão na Unievangélica não tem conhecimento da concepção oficial da instituição. Os professores C e L disseram nunca ter lido o conceito oficial e os outros, embora afirmassem o contrário, no momento da entrevista, disseram não se lembrar dele. Esta questão teve por objetivo aferir se os professores envolvidos com a extensão tinham conhecimento dos objetivos oficiais propostos pela instituição, pois o desconhecimento da proposta oficial poderia sugerir que as práticas extensionistas ali existentes estariam baseadas não em normas oficiais, mas em conhecimentos, princípios e valores pessoais.

O fato de se conhecer a proposta oficial não oferece garantia de que as práticas de extensão estejam sintonizadas com a filosofia nela expressa. Este estudo evidenciou que as práticas extensionistas estão mais influenciadas pela adoção de conceitos pessoais que cada professor tomou para si. Por tanto, urge a necessidade de maior discussão sobre extensão universitária no seio da comunidade acadêmica, para melhor compreensão da filosofia e política adotada na instituição.

Não há uma única concepção de extensão entre os docentes da Unievangélica, onde ela tem sido concebida como: “atendimento da comunidade interna e externa” (Professor L), “levar conhecimento acadêmico para a comunidade” (Professor J), “trabalho de assistência à comunidade” (Professor A), “levar as pessoas a uma condição melhor” (Professor E), “oportunidade de o aluno sair com uma visão mais realista” (Professor F), “retornar aquilo que foi gerado em ensino e pesquisa para a comunidade” (Professor I), “levar para fora da sala de aula o conhecimento e a teoria adquirida nas aulas” (Professor G), “levar assistência à comunidade usando o ensino e a pesquisa” (Professor H), “articulador do ensino e pesquisa” (Professor K).

Houve uma tendência da maioria dos coordenadores de entender a extensão universitária como prestação de serviços ou promoção de práticas assistencialistas, visão que se aproxima da perspectiva funcionalista citada por Tavares, na qual a idéia predominante é de que a extensão universitária encontra-se ligada à realização de cursos ou à prestação de serviços assistenciais (TAVARES apud MORAES, 2001 p.02).

O compromisso social da extensão confunde-se, muitas vezes, com prestação de serviços e assistencialismo. Gurgel (1986, p.174) considera que a fragilidade do ensino

e a incipiência das pesquisas realizadas pelas universidades parecem ter sido as causas principais da operacionalização da extensão universitária como forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático. A concepção assistencialista justificaria o fato de a maioria das atividades de extensão da Unievangélica serem eventos de curta duração evidenciados na pesquisa de Pereira et al. (2007).

Os professores D e K foram os que mais se aproximaram da visão da extensão como possibilidade de articulação do ensino com a pesquisa:

a extensão é uma atividade que predispõe para além da pesquisa e do ensino que são próprios da universidade, são aquelas ações a serem desenvolvidas junto à comunidade, de forma que a universidade desenvolva ou torne prática a sua função social (Professor D).

[a extensão constitui-se de] ações organizadas que fazem parte de um componente importante para o ensino superior. Porque o ensino superior é o ensino, pesquisa e extensão e o grande desafio é fazer uma ponte, ações convergentes entre os três. São ações organizadas para atender demandas de qualquer pessoa, visando à transformação social (Professor K).

Ambos os entrevistados aproximaram-se do conceito proposto pela Unievangélica. De maneira geral, não foi possível, no estudo, verificar consenso entre as áreas de conhecimento no que toca à concepção de extensão. Interessantemente, os dois entrevistados fazem parte de cursos de áreas de saberes diferentes, um da área da saúde e outro da área das ciências humanas.

O professor B também destacou a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Juntamente com a professora F contextualizou um importante fato histórico que ocorre na Unievangélica neste momento, que é o caminhar da instituição rumo à conquista do **status** de universidade. Diferentemente do professor K, que fala em transformação social, o professor B, em um primeiro momento da entrevista, explicita uma concepção de extensão relacionada à oportunidade de oferecer à comunidade aquilo que se acumulou de conhecimento. Uma concepção contraditória, uma vez que o mesmo professor B entende a extensão como possibilidade de marketing para o curso: “a gente tem tentado combinar atividade de extensão como forma de divulgação do curso também”. Neste sentido, a lógica da difusão de conhecimento atrela-se à lógica do mercado, ou seja, a extensão também tem servido como ferramenta para divulgação dos cursos, contribuindo para sua sobrevivência no mercado.

Em suma, percebeu-se que as concepções de extensão estão, de modo geral,

mais voltadas para o assistencialismo ou repasse dos saberes que são construídos na universidade. O professor K descreve a dificuldade de realizar trabalhos que saiam dessa lógica: “essas soluções num outro momento da extensão deveriam ser de mão dupla, mas na maioria não são. Hoje em dia nós fazemos muita extensão, no entanto, é transversal. Vai lá, faz o evento e acabou...”.

IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A COMUNIDADE

As discussões sobre ensino e pesquisa sempre prevaleceram no universo do ensino superior. Cabe agora começar a refletir mais propriamente sobre a articulação do tripé, que, sem dúvida, é o que possibilita a razão de ser do ensino superior. Foi observado que a concepção da importância da extensão para a comunidade e para a formação acadêmica encontra-se muito atrelada à concepção pessoal que o docente tem de extensão.

Os vários professores entenderam a importância da extensão para a comunidade como: “atendimento” (Professores C, G, K), “prestar um serviço social” (Professor J), “cumprir o papel que o Estado não dá conta de cumprir” (Professor B), “retribuir aquilo que a comunidade paga” (Professores D e I), “proporcionar bem-estar, saúde, orientar as pessoas” (Professor A), “importância para a própria comunidade de conhecer o trabalho da instituição e ela desfrutar desse trabalho” (Professor E), “sentido de haver um compartilhamento da parte do aprendizado do estudante, e de ele estar beneficiando a comunidade” (Professores F e I), “transmissão de assistência à saúde e orientação em geral, troca de saberes” (Professor H), “acesso para pessoas carentes” (Professor L).

Pela análise dos depoimentos, entendeu-se que os professores dividem-se em dois grandes grupos no que se refere à compreensão da importância da extensão para a comunidade. Para os professores A, C, E, G, J, K, L, a prestação de serviços ou assistencialismo é o foco central. No outro grupo, ficaram os professores B, D, F, H, I que entenderam a extensão como possibilidade de compartilhamento dos saberes da Unievangélica ou de retribuição da Unievangélica, com o diferencial dos professores K e H lembrarem que o processo está relacionado com a troca de saberes. Nesse sentido, não é somente a universidade que leva conhecimento, mas ela também aprende com a população trabalhada.

Segundo uma perspectiva processual, o papel da universidade não é o de apenas

orientar, mas a de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade, o que não se dá por meio da divulgação de orientações e prescrições. Mais do que isso, é trabalhar numa perspectiva dialógica, segundo a qual o saber científico e o saber popular se confrontam e a comunidade acadêmica ensina e aprende. Para o professor B,

essa possibilidade de aproximar da sociedade e perceber que a gente tem muito a aprender com a comunidade... A gente fica aqui na academia e achamos que temos que ensinar para todo mundo. Na realidade temos que aprender muito com a sociedade e a comunidade, essa possibilidade para mim é apaixonante na atividade de extensão e acredito que esse é o motivo dela “existir”.

Nota-se na fala do professor que a extensão começa a tomar um sentido de troca, onde o saber não é, a priori, exclusivo da universidade; muito mais que ensinar, a universidade tem a oportunidade de aprender e, assim, ambos os atores (universidade e comunidade) trocam conhecimentos.

O professor D considera que, muitas vezes, a própria comunidade entende as práticas extensionistas como assistencialismo e afirma que “que até mesmo dentro da universidade há uma confusão entre assistencialismo e extensão”. O professor K aponta, também, para a necessidade de a universidade criar estratégias para atuar juntamente com a comunidade; considera que a comunidade deve discutir e planejar ações que sejam efetivas e acessíveis.

A associação que a comunidade faz entre extensão e assistencialismo diz respeito a vários fatores, como a necessidade que a população tem de respostas imediatas, e a tradição histórica das instituições superiores em práticas assistencialistas, dentre outros.

IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA

Em geral, todos os professores entendem a extensão como importante ferramenta para a formação acadêmica. Essa compreensão esteve bastante associada à sua concepção de extensão. No geral, apareceram os seguintes discursos: “desenvolver neles o gosto pela profissão” (Professor C), “possibilidade de prática” (Professor A e I), “forma de “atualizar o conhecimento” (Professor B e H), “desenvolver o ensino, a pesquisa e a ética” (Professor A), “aprendizagem para a vida” (Professor E), “visão real do mundo” (Professor F), “experiência” (Professor L).

Diversos foram os aspectos considerados pelos professores em relação à

importância da extensão para a formação acadêmica. A aprendizagem foi lembrada pela maioria, sendo que alguns salientaram a aprendizagem para a vida e outros a atualização do conhecimento.

Em relação à formação acadêmica, o professor A se expressa da seguinte forma:

[...] eu considero que é uma forma de atualizar o conhecimento [...] É muito importante o conteúdo teórico, a formação acadêmica, a pesquisa como a forma de chegar ao conhecimento [...] de ter esse contato com a produção teórica que o mundo vem fazendo (...) Para mim, essa precisa ser atualizada com o contato com a realidade [...] eu imagino que a realidade, ela é o nosso ponto de referência [...].

O professor D, seguindo uma linha de raciocínio parecida, faz o seguinte comentário:

[...] quando você tem contato com a comunidade, você também traz dela aprendizado, valores, sentimentos, questões culturais e questões sociais, que são necessários à formação de cada indivíduo. A gente não pode se formar pensando que tá no mundo belíssimo [...] E quando a universidade desenvolve qualquer atividade de extensão, ela está tentando resgatar um pouco das suas funções sociais de também levar o aluno para uma realidade que muitas vezes desconhece, mas que está aí, e que vai ter sua clientela posteriormente, muitas vezes, o aluno vai lidar com situações das mais diversas [...]

Ambos os olhares apontam para a idéia de que a formação do acadêmico deve perpassar os bancos das faculdades e universidades em direção aos espaços vivos da realidade extramuros. Essa idéia é coerente com as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação implantadas recentemente.

INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A maioria dos professores da Unievangélica envolvidos com a extensão entende a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Muitos projetos têm buscado aproximar-se desse princípio integrativo.

O professor J considerou:

nós trabalhamos nesta perspectiva. Quando a gente faz extensão, a gente faz ensino também e muitas vezes pesquisa, porque o resultado de uma atividade de extensão pode ser trabalhado de uma forma que possa se constituir objeto de pesquisa também.

Nessa fala, a indissociabilidade é vista especificamente como uma articulação do ensino com a extensão, sendo a pesquisa vista como uma possibilidade a mais. Isto pode ser compreendido pela tradição de ensino e extensão em detrimento da ênfase a atividades de pesquisa. Somente com a criação da Pró-reitoria de Pós-graduação é que a

pesquisa tornou-se atividade mais valorizada na instituição.

O professor E fez o seguinte comentário:

acontece, isso é uma discussão que a gente faz no curso, mas que [...] a gente está iniciando um projeto para ver se a gente supera essa dificuldade, pois há essa indissociabilidade [...] os alunos estão colocando em prática o que aprendem aqui [...] Ao mesmo tempo, eles estão participando de uma pesquisa, pois dependendo das dificuldades encontradas lá, eles trazem dados para a sala de aula para uma reflexão em cima do que eles poderiam estar fazendo para solucionar esse problema.

Dentro dessa perspectiva, Cunha (1998, p.9) aponta:

a maior parte da comunidade universitária e, em especial os docentes, explicita a idéia de que há indissociabilidade quando o professor faz ensino e tem projetos próprios de pesquisa e extensão. A idéia de indissociabilidade se concretizaria pelo trânsito de experiências e conhecimentos que o professor leva aos alunos, como resultado de suas vivências acadêmicas.

Com isso, vê-se a importância de uma reflexão sobre o tema, uma vez que o acadêmico deve ser a “chave mestra” nesse processo, no qual ele constrói seu conhecimento e passa a evidenciar a indissociabilidade, sempre orientado pelo professor.

O professor D considera que:

[...] isso é complexo, acho que nenhum curso ou instituição conseguiu isso até hoje. Até porque a prática da pesquisa deveria fazer parte do processo da formação deste o princípio e não como o momento. Então, ainda temos a pesquisa como o momento. Então, ainda não temos a pesquisa como instituto seqüencial, então ela acontece por ocasião do Programa de Bolsa de Iniciação Científica(PIBIC)(da UniEvangélica) ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para alguns alunos [...].

O professor destaca a necessidade de projetos seqüenciais. Observa-se, nesta fala, que a pesquisa aparece de forma isolada, mais centrada nas atividades de PIBIC ou TCC, que não estão vinculadas necessariamente a atividades de extensão universitária. Aponta como dificuldade para a prática da indissociabilidade a questão do perfil dos professores e dos alunos do seu curso:

com o perfil de alunos que temos (ensino noturno) e também com o perfil de professores que a gente tem, em que muitos não têm a prática da pesquisa e não compreendem o seu desenvolvimento, e com as limitações que a gente tem para o desenvolvimento da pesquisa e às vezes da extensão, isso não acontece; se alguém dizer

que faz, está mentindo.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é apontada pelo professor K como sendo “muito importante, porque dá vida à matriz curricular [...]. operacionaliza [...]; se ele não for à comunidade, ele só vai ter teoria e não vai entender do que aquela comunidade precisa, o que é mais importante para ela [...]”.

Finalmente, é possível considerar que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão acontece timidamente na instituição, onde é dada maior ênfase às atividades que envolvem ensino e extensão. Contudo, nota-se que a integração entre ensino, pesquisa e extensão é um desafio para a maioria das IES do país, precisando ser repensada e refletida cotidianamente.

CONCLUSÃO

A análise das concepções existentes forneceu alguns subsídios essenciais para a reflexão sobre práticas e saberes da extensão na Unievangélica, onde foi possível perceber a existência de diferentes concepções de extensão, com ênfase para a compreensão da extensão como assistencialismo.

A prestação de serviços foi mais lembrada como uma questão de importância para a comunidade, tendo havido unanimidade, entre os docentes entrevistados, no que diz respeito à compreensão da extensão como importante espaço para a formação acadêmica. Na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realiza-se de forma ainda tímida, embora alguns cursos já apontem a necessidade de sua concretização.

O estudo permitiu analisar os rumos que a extensão tem tomado na Unievangélica e possibilitou a reflexão sobre os fundamentos adotados em suas práticas, pois buscou evidenciar as lacunas bem como os avanços da extensão na UniEvangélica, enquanto princípio estruturador do tripé ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação.

Reforma Francisco Campos, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=38803&te3=93992&te4=149734&te5=36591&te6=148301>. Acesso em: 19/10/2008.

CUNHA, Evandro José Lemos da. "Extensão Universitária Reflexões". **Cadernos de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Brasileiras. Brasília: UnB, ano 3, nº 1, janeiro/1998.

FORGRAD - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Projeto para implementação da flexibilização curricular nas universidades públicas brasileiras**. Julho/2005. Disponível em: www.forgrad.org.br. Acesso em: 12/09/07.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**. Documento de trabalho 2000/2001. Disponível em: <http://www.ufmg.br/proex/renex/index.php>. Acesso em: 12/09/07.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Autores Associados, UFC, 1986.

Missão da Associação Educativa Evangélica. Disponível em: < http://www.aee.edu.br/index.php?&id_pagi=43 > Acessado em: 23/11/2007 as 14:42:56

MORAES, K. N. **Política de expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás**. In: Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED, 2001. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~anped11/24/moraes.doc>. Acesso em: 12/09/07.

NOGUEIRA, M. das D. P (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX-UFMG, 2000. 196 p.

PEREIRA, L. C. G., LEMOS, C.L. S, ZAMBELI, J.C., CAIXETA, E.do S.H., RENEX, Rede Nacional de Extensão. **A Política Nacional de extensão**, 2007. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos.php>. Acesso em: 30 nov. 2008.

SILVA, V.R., FERREIRA, V.G.S. Atividades de extensão na Unievangélica: em que pé do tripé estamos? In: **XIV Seminário de atualização de práticas docentes, 2007, Anápolis**. Desafios novos e velhos para a educação superior - o professor power point e o aluno corta e cola. Anápolis: Unievangélica, 2007. p. 21-23

TAVARES, M. das G. M. **A Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: perspectivas e possibilidades**. Sumário do Documento Final do VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Vitória, 1994.

TAVARES, M. das G. M. **Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

UNIEVANGÉLICA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária, 2008. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/conteudo4.php?pag=proreitorias/prpgeac/prpgeac5.php>. Acesso em: 02 jul. 2008

Lúcia Coelho Garcia Pereira

Graduada em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Anápolis, mestrado em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)/ Universidade de São Paulo - USP e doutorado em Odontologia pela FOB/Universidade de São Paulo – USP. É docente no curso de Odontologia de Anápolis, da Unievangélica. Atualmente é professora titular e coordenadora de extensão do curso de odontologia da Unievangélica.

Endereço eletrônico: draluciapereira@yahoo.com.br

Cristiane Lopes Simão Lemos

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia, é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás. É professora assistente da Universidade Federal de Goiás e professora do Centro Universitário de Anápolis, coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Coletiva da Unievangélica.

Endereço eletrônico: cristianeprofessora@yahoo.com.br

Janaina da Camara Zambelli

Graduada em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Anápolis. É tutora do Programa de Educação Permanente em Saúde e Problematização da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) do Estado de Goiás. Tem experiência na área de Odontologia, com ênfase em Saúde Coletiva e nas áreas de extensão universitária, pesquisa e Sistema Único de Saúde (SUS).

Endereço eletrônico: jcsateles@gmail.com

Valquiria Rezende da Silva

Graduada em Odontologia pela Unievangélica e atua em extensão universitária.

Endereço eletrônico: valquiria_odonto@yahoo.com.br

Edileuza do S. H. Caixeta

Graduada em Odontologia pela Unievangélica.

Endereço eletrônico: edileuzacaixeta@yahoo.com.br

Victor G. S. Ferreira

Graduado em Odontologia pelo Centro Universitário de Goiás.

Endereço eletrônico: mr_b4bu@hotmail.com

Artigo recebido em setembro/2010
Aceito para publicação em dezembro /2010